

Realização:



Futuro da Cooperação entre Alemanha e Brasil

Posição da sociedade civil alemã e brasileira

Organização:



Realização:



Futuro da Cooperação entre Alemanha e Brasil

Posição da sociedade civil alemã e brasileira

Introdução

Os quatro anos do governo Bolsonaro deixaram um legado dramático, especialmente, na política ambiental e de direitos humanos. Os sinais mais claros disso são o aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado e a explosão de invasões em terras indígenas e áreas protegidas. Isto não é um acaso, mas o resultado das intenções e políticas do governo Bolsonaro. A governança ambiental foi sistematicamente desmantelada. O impacto desta regressão foi, particularmente, drástico no Ministério do Meio Ambiente, sob o comando do Ministro Ricardo Salles. Aqui, o boicote ao Fundo Amazônia foi a expressão mais visível da política anti-ambiental do ministério sob sua liderança. Mas também ataques permanentes aos direitos humanos, aos povos indígenas e aos direitos LGBTQIAP+ marcaram os quatro anos do governo Bolsonaro.

Tudo isso abalou profundamente a cooperação internacional alemã (CI). O Ministério do Meio Ambiente havia se tornado um parceiro importante e estratégico da CI. E, com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), foi escrita uma história de sucesso na redução do desmatamento, que se baseou em uma combinação bem sucedida das políticas públicas brasileiras e da cooperação internacional.

A eleição de Lula abre agora uma enorme oportunidade para uma reviravolta fundamental, um reinício na política ambiental e de direitos humanos brasileira. As declarações de Lula sobre o

Organização:



clima e as propostas para a política ambiental dão esperança. As prioridades estão sendo revistas! Em um processo de diálogo brasileiro-alemão, entre Kobra e PAD, que vem acompanhando o debate sobre a cooperação entre Brasil e Alemanha há algum tempo, surgiu a ideia de preparar este documento de política que sistematizasse propostas para a futura cooperação entre Brasil e Alemanha¹.

Urgência: A hora de agir é agora!

No último ano do governo Bolsonaro, o desmatamento e as invasões em áreas protegidas aumentaram mais uma vez. Isto indica que a experiência de 2002/2003 poderá se repetir: diante da ameaça de medidas mais vigorosas por parte do governo Lula, com a então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, o desmatamento aumentou drasticamente. Portanto, é de grande importância uma ação urgente, especialmente na área de controle do desmatamento. A cooperação internacional, também, deve reagir e rapidamente dar apoio para a intensificação imediata dos controles ambientais, tendo em vista que o orçamento para 2023 tem poucas disponibilidades para financiamento. Portanto, devem ser fortalecidos ou criados mecanismos para medidas de emergência ou utilização de programas existentes - como o Fundo Amazônia e ARPA - para este fim.

a. Reativar o Fundo Amazônia!

Os anúncios para reativar o Fundo Amazônia são bem-vindos. O Fundo Amazônia é um instrumento chave na luta contra o desmatamento e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Possui verbas consideráveis, já aprovadas e ainda está em funcionamento (embora precariamente). Sua plena funcionalidade deve, portanto, ser restaurada o mais rápido possível. Os projetos que já foram preparados e apresentados podem ter aprovação imediata.

Entretanto, um reinício do Fundo Amazônia, também, deve levar em conta as principais lições aprendidas no passado e fazer uma revisão da maneira como o fundo funciona. Em particular, o acesso ao fundo deve ser facilitado para as organizações da sociedade civil e para as organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais.

¹ Esse documento é uma realização pelas redes PAD e KOBRA, com participação especial da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE, FDCL, Iniciativa Berlim-Brasil e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e Movimento Nacional de Direitos Humanos

b. Medidas emergenciais contra o desmatamento

O ano de 2022 trouxe um novo aumento expressivo nas taxas de desmatamento, antecipando uma mudança de governo repetindo o cenário de 2002. Esta repetição em 2023 seria mais drástica, tendo em vista o desmatamento mais avançado de 2022. Portanto, medidas vigorosas no campo de “comando e controle” tem urgência para enviar um sinal político. As equipes de fiscalização do ICMBio para os controles ambientais em áreas protegidas (equipes de fiscalização) existem, mas estão sem recursos financeiros. Graças aos fundos internacionais (por exemplo, do programa ARPA), foi possível realizar controles mesmo durante o governo Bolsonaro. Neste caso, os fundos disponibilizados podem ter um grande impacto imediato.

A médio prazo, ou seja, nos próximos dois anos, o foco deveria ser o apoio à reestruturação das instituições centrais de governança ambiental: Ibama, ICMBio, Funai, Incra, assim como, a Polícia Federal e os órgãos de segurança federal.

Novas perspectivas para a cooperação entre Brasil e Alemanha

1. Demarcação e consolidação de Terras Indígenas (TI)

Dois desafios centrais e urgentes são nomeados pelas organizações indígenas e pela sociedade civil brasileira: por um lado, a retomada das demarcações e, por outro lado, a consolidação de terras indígenas já demarcadas.

Uma abordagem que tem sido largamente avaliada positivamente é o programa PNGATI, cuja promoção poderia ser reforçada e ampliada para incluir ações concretas de implementação. Tudo isso só acontecerá se as instituições responsáveis funcionarem. A Funai tem sofrido um desmonte, especialmente sob o governo Bolsonaro. Ainda não está claro como as instituições responsáveis pelos territórios indígenas serão reestruturadas. Mas em todo caso, fortalecê-las é uma tarefa urgente.

Propostas de ação para da CI alemão-brasileira:

- Apoiar um plano imediato para fortalecer a Funai ou seu órgão sucessor;
- Promoção de programas para garantir as terras indígenas, incluindo tanto a vigilância auto-organizada (vigilâncias indígenas), quanto as ações dos órgãos de segurança do Estado;
- Fortalecimento das organizações indígenas;

- Apoiar a retomada da promoção da demarcação de territórios indígenas, se possível, em todo o Brasil e não apenas na região amazônica;
- Ampliar apoio à PNGATI, com um foco especial na implementação;
- Em todas essas propostas, deve-se examinar até que ponto o Fundo Amazônia pode ser utilizado para financiamento emergencial e que ações podem ser tomadas, através do apoio aos fundos indígenas.

2. Apoio à consolidação e expansão de áreas protegidas e dos territórios de comunidades tradicionais

Ao lado dos territórios indígenas, as unidades de conservação têm cumprido uma importante função de prevenção do desmatamento. Embora também estejam ameaçadas por invasões, especialmente pelo corte ilegal de madeira e pela invasão do garimpo, o desmatamento em áreas protegidas permanece, significativamente, menor do que fora delas. Determinadas categorias de áreas protegidas que preveem a presença e o uso econômico de comunidades tradicionais (Unidades de Conservação de Uso Sustentável) são particularmente importantes. Devido aos retrocessos durante o governo Bolsonaro, são necessárias mais ações para garantir que as áreas protegidas não existam apenas no papel, mas ofereçam uma proteção real à natureza e às populações.

Além disso, um enfoque especial deve ser dado à proteção legal dos territórios de quilombolas. Mesmo antes do governo Bolsonaro, pouco progresso havia sido feito para garantir/regulamentar legalmente os territórios dos quilombolas. Neste caso, há um déficit particularmente grande. Até agora, a CI tem dado pouco apoio aos quilombolas.

Propostas de ação para da CI alemão-brasileira:

- Reforço imediato ao controle de atividades ilegais em áreas protegidas, em especial apoio ao ICMBio para medidas imediatas;
- Renovar e fortalecer os programas internacionais para a consolidação de áreas protegidas (ARPA);
- Apoio a programas que promovam a atividade econômica de comunidades em áreas protegidas;
- Apoio para que o ICMBio e outras instituições também trabalhem nesta perspectiva (o Ministério da Agricultura não é visto como um parceiro adequado para trabalhar com as comunidades tradicionais).
- Estabelecer um apoio especial para a proteção legal dos territórios quilombolas, examinando possível cooperação com o Inca.

3. Apoio à agroecologia no Brasil

O agronegócio brasileiro tem se expandido fortemente nos últimos anos. Esta expansão se baseia, fortemente, em monoculturas em larga escala, com uso intensivo de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados. Além disso, o maior uso da terra é devido à pecuária, que continua sendo o principal responsável pelo desmatamento. É uma forma de agricultura sem sustentabilidade e que não melhora a alimentação da população brasileira. A agricultura familiar continua sendo o mais importante produtor de alimentos para a população brasileira. A priorização do agronegócio pelo governo Bolsonaro promoveu o retorno da fome no Brasil e fortaleceu uma agricultura não sustentável.

A CI alemã deve promover um programa agroecológico que combine práticas sustentáveis com a produção de alimentos saudáveis, ao mesmo tempo em que contribua para a proteção do clima. O Brasil possui um marco político definido pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e um movimento agroecológico extremamente ativo, oferecendo, portanto, condições muito boas para tal promoção.

Desenvolver alternativas para o modelo agrícola insustentável do agronegócio brasileiro é um desafio crucial para os próximos anos. Não faltam experiências promissoras e aplicadas no campo da agroecologia, que têm sido apoiadas há muitos anos por agências alemãs não estatais, como Misereor, Pão para o Mundo e além de outros atores da sociedade civil, mas também pela cooperação governamental. Além da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é um forte ator da sociedade civil brasileira, também é promissor que os movimentos sociais do Brasil, como os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e da Agricultura Familiar e o Movimento dos Sem-Terra (MST), estejam assumindo as ideias da agroecologia.

Este é um pré-requisito ideal para a promoção da agroecologia como uma política pública, que vai além da atual promoção de projetos.

Propostas de ação para a CI alemã-brasileira:

Início imediato de sondagens sobre os potenciais da agroecologia no Brasil. Iniciar as negociações para o apoio à um programa nacional o mais rápido possível. O parceiro neste programa deverá ser o Ministério a ser criado para a Agricultura Familiar e Alimentação Saudável.

4. Política de Desenvolvimento Feminista

A Alemanha comprometeu-se com uma política externa e de desenvolvimento feminista. Esta redefinição é muito bem-vinda pela sociedade civil brasileira e, especificamente, pelo movimento feminista.

Mas o feminismo não deve ser considerado um “item de exportação do Norte”. Concretamente uma política de desenvolvimento feminista deve basear-se nas realidades de vida e nos pensamentos das mulheres e grupos afetados, ou seja, as atrizes do chamado Sul Global, especialmente o movimento feminista e as organizações de mulheres dos grupos marginalizados, devem ter um papel decisivo no planejamento estratégico de uma cooperação feminista para o desenvolvimento. A sociedade brasileira tem inúmeras boas práticas de feminismo que devem ser considerados nesse processo.

Brasil e a Alemanha poderiam se tornar países pioneiros para concretizar o conceito de política externa e de desenvolvimento feminista.

Propostas de Ação para a CI alemã brasileira:

- Início de um processo de diálogo entre o governo alemão e o movimento feminista brasileiro em sua totalidade e diversidade para concretizar uma cooperação feminista entre Alemanha e Brasil;
- Incluir, revisar e avaliar os programas existentes e em planejamento da cooperação técnica e financeira em relação aos critérios de uma cooperação feminista para o desenvolvimento;
- Estabelecimento de uma consulta anual a convite da Embaixada da Alemanha no Brasil e da Embaixada do Brasil na Alemanha, para rever a situação dos direitos humanos das mulheres, da comunidade LGBTQIAP+ e de outros grupos vulnerabilizados;
- Desenho e implementação de programas específicos para promover intercâmbios Norte-Sul e Sul-Sul entre diferentes abordagens feministas.
- Prever em todos os Programas de Cooperação Bilateral a participação da sociedade civil com 50% de mulheres nos Conselhos ou Comitês de Gestão dos Programas.

5. Proteção dos direitos humanos

A proteção dos direitos humanos constitui um dos pilares da CI alemã. O Brasil é um dos países mais perigosos do mundo para defensores e defensoras de direitos humanos, especialmente ativistas ambientais, a comunidade LGBTQIAP+, jornalistas e lideranças indígenas. O governo Bolsonaro exacerbou este histórico devastador em matéria de direitos humanos. Os órgãos

e programas de proteção do Estado têm sido sistematicamente enfraquecidos quando não descontinuados.

Ao mesmo tempo, a agressão aumentou e ações violentas se multiplicaram. Nas áreas rurais, grupos armados que agem em nome de grandes proprietários de terras e agroindústria se consolidaram como atores agressivos do crime organizado em busca de um controle sobre cada vez mais territórios e populações.

Propostas de ação em CI alemã-brasileira:

- Fortalecimento de políticas, programas mecanismos de proteção aos defensores e defensoras dos direitos humanos em nível federal e dos estados no Brasil, assim como o uso de instrumentos de proteção como a Iniciativa Elisabeth-Selbert para indivíduos, organizações e grupos particularmente vulnerabilizados. Se necessário, construir sistemas de proteção específicos em programas específicos de cooperação para o desenvolvimento (Fundo Amazônia). Estas medidas devem ser revistas regularmente em relação a sua eficácia;
- Apoio sistemático às agências governamentais relevantes para os direitos humanos (por exemplo, MPF, FUNAI, INCRA, IBAMA, ICMBio);
- Apoio ao fortalecimento dos órgãos de articulação e de participação direta, especialmente os conselhos em todos os níveis (local, estadual, federal);
- Condições claras e verificáveis para o progresso na área de respeito, proteção e garantia dos direitos humanos nas áreas de operação da cooperação para o desenvolvimento alemã;
- Condicionar o uso do CI alemão na luta contra o crime organizado nas áreas de operação;
- Estudar estabelecimento de um programa/financiamento específico da CI alemã para a proteção de direitos humanos no Brasil;
- Criar um programa de consulta (por exemplo, anualmente) na Embaixada alemã para monitorar a situação dos direitos humanos no Brasil;
- Rever o estabelecimento de um programa semelhante ao da UE e de onze outros países, incluindo a Alemanha na Colômbia. "Defendamos la vida", com o objetivo de poder reagir imediatamente a incidentes de violações de direitos humanos.

<https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/defendamos-la-vida-la-campana-europea-por-los-lideres-sociales-article/>

6. Brasil como um parceiro na transição energética

A cooperação estatal Alemanha-Brasil no campo da promoção das energias renováveis e da eficiência energética vem de longa data. Estas abordagens contribuíram para que o tema das energias renováveis e eficiência energética se estabelecesse na política do governo brasileiro.

O novo governo alemão vê o surgimento e o fortalecimento de parcerias energéticas como uma pedra angular central da política externa e de desenvolvimento.

O Brasil também deve desempenhar um papel importante na estratégia do governo alemão para a produção de hidrogênio verde. As condições naturais e infra estruturais no Brasil são favoráveis e os novos governos em ambos os países, certamente, apoiarão a expansão e manutenção da cooperação nesta área.

Do ponto de vista da sociedade civil, porém, é justamente em relação à iniciativa do hidrogênio verde (mas também dos programas de Energias Renováveis) que se observam falta de transparência e de participação da população local em relação aos projetos em planejamento e implementação neste setor. Com relação à produção de hidrogênio verde, se teme que sejam criados projetos de grande escala e superdimensionados que não levam suficientemente em conta os efeitos sobre a população local e o meio ambiente. Devem ser respeitados direitos de consulta reconhecidos internacionalmente.

Propostas de ação para a CI alemã brasileira:

- Lançar um processo de consulta com a sociedade civil e grupos interessados e afetados sobre a estratégia de cooperação em matéria de energia renovável e eficiência energética;
- Informação, transparência, consulta e envolvimento da sociedade civil em uma estratégia de cooperação na produção de hidrogênio verde no Brasil para a exportação para a Alemanha;
- Participação da sociedade civil na concepção de programas e projetos concretos no setor do hidrogênio verde.

7. Pesticidas perigosos e padrões duplos: Proibição de exportação da Alemanha é urgentemente necessária

O Brasil detém o título de maior consumidor mundial de venenos agrícolas, e a tendência é de aumento. Dos novos pesticidas aprovados sob o regime de Bolsonaro, 818 contêm pelo menos um ingrediente ativo proibido na UE. Duas empresas alemãs estão entre as maiores vendedoras de pesticidas no Brasil: Bayer e BASF. Comercializam pesticidas no Brasil com ingredientes ativos proibidos na UE. De acordo com uma pesquisa recente, 45 produtos da Bayer e da BASF estão entre os pesticidas liberados pelo governo Bolsonaro.

O acordo de coalizão do novo governo alemão declara: “Faremos uso das possibilidades legais para proibir a exportação de certos pesticidas que não são autorizados na UE por razões de proteção da saúde humana”. Mesmo no caso de uma proibição de exportação, a ameaça de lacunas legais permanece. É por isso que as organizações da sociedade civil europeia e alemã estão solicitando ao governo alemão que “implemente imediatamente uma proibição de exportação de pesticidas por meio de uma portaria a fim de evitar prontamente riscos à saúde humana e ao meio ambiente em países do Sul global”.

Propostas de ação para a CI alemã brasileira:

- Proibição de exportação de pesticidas prejudiciais à saúde, de acordo com a decisão do acordo da coalizão, bem como a iniciativa do Ministério da Agricultura alemão;
- Pressão do governo alemão sobre as empresas alemãs envolvidas, BASF e Bayer, com referência às sanções previstas na Lei da Cadeia de Valor;
- Incluir esta questão como parte do diálogo contínuo sobre política agrícola entre a Alemanha e o Brasil.

8. Cadeias de valor

Após anos de pressão por parte da política e da sociedade civil alemã a lei sobre a devida diligência corporativa nas cadeias de valor foi aprovada no Bundestag em 2021 e entrará em vigor em 2023. A nível europeu, uma versão ainda mais estrita de uma lei de cadeia de valores está sendo encaminhada ao Parlamento europeu, depois de passar pelo aval dos Governos, e deve ser aprovada em breve. No caso europeu, ONGs podem acionar mecanismos jurídicos contra empresas que ferem direitos humanos. A proposta da Comissão Europeia sobre a lei para cadeias de valor sem desmatamento pode ser considerada um avanço (com a restrição que ela só envolve o bioma da Amazônia e não o Cerrado e o Pantanal).

Propostas de ação para a CI alemã e brasileira:

- Esclarecimento e transparência por parte da CI alemã em relação à sociedade civil brasileira sobre os possíveis impactos da lei da cadeia de fornecimento, incluindo os mecanismos de controle e implementação;
- Apresentação e discussão de medidas planejadas pela CD alemã para implementar os impactos da lei no Brasil (estudos, fóruns de diálogo, subcomponentes de projetos em andamento na CD).

9. Participação da sociedade civil

O envolvimento e a promoção da sociedade civil são elementos essenciais da política de desenvolvimento e na política externa alemã. Os fundos orçamentários são disponibilizados para apoiar financeiramente o engajamento da sociedade civil na ajuda humanitária e na cooperação para o desenvolvimento. Nos países parceiros, a participação da sociedade civil é considerada condição para o sucesso de programas de desenvolvimento. Para as organizações da sociedade civil se coloca a questão de como serão concretamente envolvidas no planejamento, monitoramento, na implementação e avaliação dos projetos da CI alemães no Brasil. No passado existiram excelentes experiências, por exemplo, com projetos de demonstração no programa PPG 7.

Propostas de ação para a CI alemã e brasileira:

- Participação da sociedade civil em processos de negociação bilateral.
 - Acesso às informações relevantes na preparação das consultas e negociações governamentais (transparência);
 - Preparação conjunta durante as consultas habituais na Alemanha;
 - Participação de forma apropriada nas consultas e negociações (por exemplo, com status de observador).

- Implementação de programas da CI por ONGs
 - Envolvimento das organizações da sociedade civil na implementação de projetos de CI. O formato e os instrumentos seriam por definir;
 - Oportunidades para os organizações da sociedade civil participarem do planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de cooperação para o desenvolvimento.
- Consultas regulares e ad hoc ou outros formatos de discussão com BMZ e o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e na Embaixada da Alemanha no Brasil;
- Formas inovadoras de implementação, tais como fundos, facilidades de financiamento, instrumentos de conjuntos de implementação para projetos da CD a serem desenvolvidos.

10. Projetos conjuntos no âmbito multilateral

A Alemanha e o Brasil poderão no futuro atuar mais intensivamente em conjunto em agendas multilaterais do que foi possível nos últimos cinco anos. **Incorporar as políticas externa e de cooperação de ambos os países em estruturas multilaterais também é do interesse da sociedade civil de ambos os países.** Entre as agendas multilaterais com potencial de atuação conjunta dos dois

países incluindo sempre a sociedade civil de ambos os países se destacam as seguintes:

i) Reativar urgentemente as **Parcerias Estratégicas Alemanha/ Brasil e Brasil/União Europeia**;

ii) **G 20** – No segundo ano do governo Lula, o Brasil irá presidir o G20. Este será o foco da política externa do Brasil em 2024. O país anfitrião organiza numerosas conversações setoriais e lança suas próprias iniciativas no período que antecede a cúpula e determina decisivamente a agenda do G20 do ano. Aqui podem surgir atividades comuns dos dois países;

iii) **Sistema das Nações Unidas** – além do Pacto Global sobre Migração, a Convenção do Clima e a Convenção sobre Biodiversidade, a implementação da Agenda 2030, os ODS no âmbito das Nações Unidas, continua sendo a estrutura vinculante para a ação governamental e não governamental em prol do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é também a estrutura adequada para a cooperação multilateral. Também é fundamental fazer avançar a agenda para um tratado vinculante a respeito da responsabilidade das empresas com direitos humanos;

iv) **Cooperação Sul-Sul e triangular**;

v) **OCDE** – Fundamental que o pedido de ingresso do Brasil seja acompanhado com muita atenção para que todos os requisitos sejam rigorosamente cumpridos quando da avaliação do pedido de ingresso.

Propostas de ação para a CI alemã brasileira:

- Comunicação através da estrutura de contato na Embaixada da Alemanha para a sociedade civil brasileira a respeito da diplomacia climática da Alemanha (já existe por exemplo o “coordenador climático” previsto pelo Ministério das Relações Exteriores Federal?);
- Envolvimento ainda mais intenso dos parceiros governamentais e não governamentais nos **programas globais da cooperação alemã sobre clima, biodiversidade e migração**.

Realização:



Organização:

